



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **Movimentos Pendulares na região metropolitana do rio de janeiro em 2000 e 2010: uma análise dos estratos sociais<sup>1</sup>**

**Dr. Ulisses Carlos Silva Ferreira**

Estatístico – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

**Dr. Paulo de Martino Jannuzzi**

Pesquisador de Informações Geográficas e Estatísticas – Escola Nacional de Ciências Estatísticas

**Dra. Letícia de Carvalho Giannella**

Pesquisadora de Informações Geográficas e Estatísticas – Escola Nacional de Ciências Estatísticas

### **Sessão Temática 03: Redes de cidades e a questão metropolitana no Brasil**

---

*Resumo. Os movimentos pendulares se constituem um importante fenômeno para compreender a dinâmica dos espaços metropolitanos. Mas as pessoas que necessitam trabalhar num município diferente de que reside não realizam esses movimentos sob as mesmas condições. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro houve uma intensificação desses movimentos entre 2000 e 2010. Para entender essa intensificação, discute-se o conceito de classe em diferentes tradições do pensamento sociológico e uma proposta de estratificação social. Por isso, utilizou-se um modelo de estratificação social utilizado em pesquisas do Observatório das Metrôpoles baseado em três classes: a popular, a média e a dominante. Como resultados verificou-se que foi na classe dominante que esse tipo de deslocamento mais cresceu, indicando que esta classe tem mais possibilidades de trabalho por toda RMRJ.*

*Palavras-chave. Movimento Pendular; Classe; Estratificação Social; Região Metropolitana do Rio de Janeiro.*

### **Commuting in metropolitan region of Rio de Janeiro in 2000 and 2010: a social stratification analysis**

---

**Abstract.** *The commuting constitute an important phenomenon to understand the dynamics of metropolitan spaces. People who need to work in a different municipality from which they reside do not carry out these movements under the same conditions. In the Metropolitan Region of Rio de Janeiro there was an intensification of these movements between 2000 and 2010. To understand this intensification, the concept of class in different traditions of sociological thought and a proposal of social stratification are discussed. Therefore, we used a model of social stratification used in research by the Observatório das Metrôpoles, based on three classes: the popular, the average and the dominant. As a result, it was found that it was in the ruling class that this type of displacement grew the most, indicating that this class has more possibilities for work throughout the RMRJ.*

*Keywords: Commuting; Class; Social Stratification; Metropolitan Region of Rio de Janeiro.*

---

<sup>1</sup> Parte desta pesquisa foi financiada com bolsa de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## Los movimientos pendulares en la región metropolitana del Rio de Janeiro em 2000 y 2010: una analisis del estratos sociales

**Resumen.** *Los movimientos pendulares constituyen un fenómeno importante para entender la dinámica de los espacios metropolitanos. Pero las personas que necesitan trabajar en un municipio diferente al que residen no realizan estos movimientos en las mismas condiciones. En la Región Metropolitana de Río de Janeiro hubo una intensificación de estos movimientos entre 2000 y 2010. Para comprender esa intensificación, se discute el concepto de clase en diferentes tradiciones de pensamiento sociológico y una propuesta de estratificación social. Por lo tanto, utilizamos un modelo de estratificación social utilizado en las investigaciones del Observatório das Metrôpoles, basado en tres clases: la popular, la media y la dominante. Como resultado se encontró que fue en la clase dominante donde más creció este tipo de desplazamiento, lo que indica que esta clase tiene más posibilidades de trabajo en toda la RMRJ.*

*Palabras clave:* *Movimiento Pendular; Clase; Estratificación social; Región Metropolitana de Río de Janeiro.*

### 1. Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar resultados a respeito da dinâmica dos aspectos sócio-ocupacionais Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e as características das pessoas que realizavam movimento pendular entre 2000 e 2010 a partir de uma análise de classe. Nesse sentido, discutimos a partir de revisão de literatura dois conceitos norteadores: estrutura social e estratificação social. Para isso, apresenta-se diferentes abordagens sobre o tema e como a leitura a partir desse enfoque contribui para o entendimento do fenômeno das transformações sociais da RMRJ entre 2000 e 2010. Ressalta-se que este artigo tem como um dos seus objetivos se apropriar do debate de classes em diferentes tradições do pensamento sociológico para se instrumentalizar de um modelo de estratificação social baseado nas ocupações dos indivíduos. A estratificação social aqui realizada se constitui como uma aproximação do quem vem a ser a estrutura social como realizado por Ribeiro (2016) para discutir as diferenças sociais em áreas metropolitanas e não metropolitanas do Brasil em 2000 e 2010.

Outra discussão importante é a mobilidade para o trabalho. Neste artigo, ela não é entendida apenas como os deslocamentos de um ponto para outro na RMRJ. Ou seja, os deslocamentos não representam somente os pontos de partida e chegada de trabalhadores. Destaca-se que não compreendemos esses fluxos como fenômenos aleatórios ou frutos da racionalidade de cada trabalhador. Uma vez que os trabalhadores necessitam se colocar no mercado de trabalho para garantir sua existência, portanto, se os empregos estão concentrados em um município diferente, os trabalhadores precisam se deslocar até o emprego.

Para entender essas questões, utilizamos um modelo de estratificação social desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles (OM) e que já foi utilizado em diversos trabalhos acadêmicos tais como Ribeiro e Lago (2000), Lago e Mamarela (2010) e Ribeiro (2016). A partir deste modelo discutimos sobre os aspectos quantitativos das hierarquias ocupacionais na RMRJ em 2000 e 2010 e analisamos os perfis de deslocamentos pendulares em diferentes classes.

Por fim, nas próximas seções discutimos o conceito de estrutura social, apresentamos um debate sobre deslocamento espacial da população e movimentos pendulares, discorremos sobre o modelo de estratificação social do OM e analisamos e discutimos os resultados.

## 2. Estrutura Social e Deslocamento Espacial da População: um debate teórico

### 2.1 Estrutura Social: um debate de classes em diferentes tradições do pensamento social

O conceito de classe apresenta grandes embates em diferentes tradições do pensamento sociológico. Nesse sentido, discutir de forma ampla esse conceito serve como uma aproximação do entendimento geral de como uma análise a partir da estrutura social, aproximada pela estratificação social, ajuda a responder os objetivos deste artigo.

O modelo de estratificação social que utilizamos parte de uma divisão social do trabalho. De acordo com Marx e Engels (1973), é a divisão do trabalho que possibilita que a apropriação da produção social seja realizada de modo distinto entre as pessoas e que a abolição de tal conflito distributivo só poderia ocorrer com o fim da divisão social do trabalho. Ou seja, a divisão social do trabalho é um instrumento pelo qual a análise de classes deve ter como base e, por isso, a escolha de escalas de estratificação social que tem como pressuposto a divisão do trabalho é elementar para a análise que esse artigo se propõe. Isso ficará mais evidente quando debatermos as mudanças e permanências na estrutura social da RMRJ a partir do modelo de estratificação social desenvolvido pelo OM. Esse processo é também o ponto de partida para a investigação das diferenças e similaridades nos perfis das pessoas que realizaram movimentos pendulares intrametropolitanos entre 2000 e 2010.

De acordo com Stavenhagen (1971), o conceito científico de classe social foi proposto por Karl Marx e Friedrich Engels e pela escola marxista que se seguiu a partir desses autores. No entanto, ele também ressalta que esse conceito foi perdendo seu significado original e acabou se confundindo com o conceito de estratificação social. Isso ocorreu principalmente na sociologia norte-americana e em algum grau na sociologia latino-americana. É muito importante não confundir os conceitos, pois a estratificação social pressupõe uma hierarquia e uma escala de medição, esta pode ser utilizada como um modo de se analisar de forma objetiva e aproximada a estrutura de classe de uma sociedade (RIBEIRO, 2016).

Segundo Iasi (2008), a abordagem marxista compreende o conceito de classe em dois sentidos, o objetivo e o subjetivo. O modo objetivo pode ser aproximado a partir das posições dos indivíduos nas ocupações, em que de alguma maneira é possível dividir essas pessoas de modo a localizá-las no processo produtivo entre os que detêm os meios de produção e aqueles que têm somente a força de trabalho (Wright, 2015). No entanto, o modo subjetivo não é mensurável a partir de bases de dados quantitativas, esse aspecto entra numa seara mais complexa do movimento de formação de consciência de classe que este artigo não abarcará. A esse aspecto dual sobre classes sociais Ribeiro, Ribeiro e Costa (2013) argumentam que essa abordagem incorpora dimensões políticas e ideológicas, tornando a análise complexa a análise da estrutura social e dificultando a verificação empírica dessa estrutura social por meios quantitativos.

Isto é, a análise de classe da escola marxista não entende este fenômeno a partir somente da posição dos indivíduos no processo de produção – através de suas ocupações no mercado de trabalho. O conceito de classe social também leva em consideração aspectos políticos e ideológicos que estão mais atrelados a interpretação subjetiva. Ressalta-se que esses dois aspectos não são

disjuntos, mas formam um par dialético que permite uma interpretação totalizante do conceito em debate (IASI, 2008).

Sobre o aspecto objetivo ou mensurável recorreremos a Wright (2015) quando este apresenta que o estudo das classes sociais a partir da ocupação é um meio dentre uma diversidade de possibilidades para se tratar do tema. Ou seja, as relações de classe como uma relação de produção. O entendimento dessas duas relações é fundamental para o processo de estratificação social, pois a métrica desenvolvida pelo OM se preocupou em alguma medida em distinguir entre seus critérios o capital e o trabalho, que é um dos pilares da abordagem marxista. Obviamente essa proposta adota outros critérios que não necessariamente estão totalmente alinhados com a vertente marxista.

Aqui também cabe destacar que a ocupação que os indivíduos possuem é uma fonte de informação bastante interessante para se analisar a estrutura social. Mas as transformações do mercado de trabalho no mundo capitalista complexificou a análise até mesmo numa abordagem objetiva. Isso ocorre porque as ocupações inseridas nesse contexto estão imbricadas ao processo de divisão social do trabalho. O que resulta numa hierarquia sócio-ocupacional até entre aqueles que não possuem os meios de produção, criando gradações sociais em cada posição dessas hierarquias.

Sobre esse ponto, Wright (2015) cita um exemplo interessante a respeito dos indivíduos que ocupam cargos de gerentes, pois entre suas atribuições estão a delegação de contratação ou demissão de trabalhadores, mudanças no processo de trabalho, dentre outras coisas. O autor argumenta que com essas atribuições de trabalho, os gerentes, em certo sentido, possuem atribuições em seu trabalho que os colocam próximo dos detentores dos meios de produção. Por outro lado, esses profissionais não podem colocar os meios de produção em benefício próprio e podem ser demitidos, estando, portanto, numa posição mais próxima aos trabalhadores.

Esse entendimento corrobora com o caminho de se analisar a estrutura social a partir de um modelo de estratificação social, uma vez que essa medida é capaz de captar transformações quantitativas aproximadas da composição da estrutura social. Ou seja, em alguma medida é possível mensurar gradações na estrutura social, sendo este um meio útil para discutir as transformações do espaço metropolitano do Rio de Janeiro ao longo do tempo. É importante ressaltar que tais gradações captadas por modelos de estratificação social não se constituem necessariamente em gradações no sistema de classe social.

Desse modo, fica evidente que este artigo se instrumentaliza a partir da perspectiva objetiva de análise da estrutura social. Assim, outras abordagens como a de Max Weber podem dar também algumas contribuições para o entendimento empírico e aproximado de classe social. Wright (2015) diz inclusive que a perspectiva weberiana de classe é um subconjunto do que a teoria marxista produz. É claro que essa afirmação de Erik Wright se trata de uma provocação, pois os estudiosos da vertente weberiana entendem que o conceito de classe é parte importante da análise social, mas que não tem significado isolado no procedimento de estratificação social. Assim, esses autores apontam por exemplo outras noções que complementam esse conceito, tais como a ideia de *status* (SALATA, 2016; BREEN, 2015; SCALON, 1999).

Segundo Breen (2015), o conceito de classe para Max Weber é mais atrelado ao entendimento sobre interesses comuns que um conjunto de indivíduos partilham entre si a partir de uma premissa de segmentação

econômica. Além disso, o entendimento de classe nessa tradição do pensamento sociológico é um produto da dinâmica do mercado. Ou seja, a situação que as classes se encontram na sociedade é um reflexo da dinâmica do mercado numa sociedade capitalista (BREEN, 2015). Para Weber (1971) esse conceito é apresentado a partir de três pontos, a proximidade as oportunidades e condições de vida das pessoas, os interesses econômicos e as oportunidades de rendimento e as condições do mercado de trabalho.

Ao explicar a diferença de entendimento sobre classe na perspectiva weberiana e na perspectiva marxista, Wright (2015) afirma que ambas partem dos direitos e poderes que os indivíduos possuem diante dos bens de produção. No entanto, ainda segundo o autor, a exploração e a dominação não compõem elementos centrais na tradição weberiana.

Breen (2015) afirma que para os weberianos esses aspectos, oriundos da vertente marxista, não são utilizados. Isso porque Max Weber não acreditava que as mudanças nos padrões históricos poderiam ser explicadas pelas tensões entre as classes. Ele ainda acrescenta que nesta vertente não “se supõe que as classes estejam necessariamente num conflito total em que os benefícios de uma ocorrem (ilegitimamente) às custas da outra” (p. 48).

Assim, é possível afirmar que a preocupação de Max Weber não é entender o conflito de classe, mas investigar a distribuição de poder da qual pode ser interpretado a partir de três noções principais: a classe, os grupos de *status* e os partidos políticos. E Weber (1971) entende poder como: “[...] a possibilidade de um homem ou um grupo de homens realizar sua própria vontade numa ação comunal, mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (p. 61). Desse modo, Salata (2016) destaca que a abordagem weberiana sobre estratificação social diz respeito à repartição de poder da sociedade.

Isto é, na sociologia de Max Weber a classe não é a única possibilidade de se estratificar a estrutura social, pois tal estratificação é compreendida no campo do poder e a posição que os indivíduos ocupam no mercado de trabalho, seus rendimentos e suas possibilidades de consumo são parte de um processo de estratificação do poder, representando desse modo um nível do poder econômico. Ainda a respeito do conceito de classe na sociologia weberiana, Scalon (1999) aponta que nessa tradição do pensamento, classe ganha uma dimensão estritamente econômica, mas que ao contrário do que os marxistas afirmam esta não é a única possibilidade de diferenciação social, uma vez que estas “podem estar baseadas em *status*, prestígio social e outros fatores” (p. 33).

A terceira possibilidade de estratificação, os partidos políticos, segundo Weber (1971) é a aquisição do poder social. Para o sociólogo essa vertente atua no sentido de influenciar ações comuns, seja para conquistar poder na direção de um clube ou até mesmo o poder do Estado. Ele ainda ressalta que os partidos podem ser instrumentos dos interesses de classes, interesses de *status* ou nenhum deles.

Do ponto de vista operacional ou da mensuração empírica da estrutura social, a tradição weberiana possibilita uma interpretação bidimensional ao conseguirmos discutir a estrutura social a partir das posições dos indivíduos no mercado de trabalho e pelo reconhecimento que estas têm na sociedade. Desse modo, na abordagem weberiana, classe é um fenômeno exclusivamente econômico (WEBER, 1971; SCALON, 1999; BREEN, 2015).

Além disso, podemos dizer que a abordagem weberiana é uma discussão, de fato, sobre estratificação social, pois o entendimento dessa corrente teórica sobre classes há uma premissa de escala entre os grupos de indivíduos que se enquadram num segmento dessa classe ou *status* a partir, entre outras coisas, das diferenças de rendimento, por exemplo. Tratar as classes dessa maneira permite a esse campo de análise desenvolver mais instrumentos analíticos e empíricos da estrutura social a partir de técnicas de estratificação. Isso porque é intrínseco a proposta de Max Weber um processo de escala para discutir tanto o aspecto econômico e o status que os indivíduos ou grupos de indivíduos se encontram na sociedade.

Outra tradição do pensamento sociológico para o estudo da estrutura social em classes é a de Pierre Bourdieu que segundo Weininger (2015) é um dos principais teóricos contemporâneos sobre essa temática. O autor prossegue afirmando que nessa vertente a análise de classe é também vista de modo bidimensional: pelos critérios econômicos e simbólicos. Os critérios econômicos são aqueles passíveis de medição direta, seja pela distribuição de renda, pela quantidade de trabalho exercido pelos indivíduos ou pela posse de propriedades materiais. No que se refere aos aspectos simbólicos, o sociólogo francês discute sobre os aspectos cognitivos e das significações sociais pelos quais as pessoas agem.

Bourdieu (2013) deixa evidente que essas distinções são intrínsecas, não disjuntas, para a compreensão dos estudos da estrutura social, ele apresenta críticas a quem acredita que somente um desses aspectos é capaz de produzir conhecimento sobre a estrutura social. Assim, fica evidente que o debate de classe para o sociólogo francês ocorre por meio desses dois aspectos em conjunto e, além disso, há uma tentativa empírica de se captar o econômico e o simbólico ao mesmo tempo. Para Bourdieu (2013) é limitado ter uma visão exclusivamente econômica no debate de classe tanto quanto acreditar que os aspectos subjetivos são observáveis a partir de um agrupamento de indivíduos advindos de classificações coletivas, como se o coletivo fosse expressão de somas individuais.

Deste modo, diferente do que ocorre na sociologia inspirada em Max Weber, esse par econômico e simbólico não é visto como algo apartado, e sim como elementos simultâneos para o entendimento da estrutura social. Ou seja, as duas dimensões apontadas por Pierre Bourdieu não representam uma distinção na estratificação por elementos econômicos ou simbólicos como a escola weberiana defende, essa separação até poderia ocorrer de modo objetivo ou pragmático para a análise, no entanto, Pierre Bourdieu tinha muita resistência a esse procedimento (WEININGER, 2015).

Ainda, segundo Weininger (2015) a produção teórica de Pierre Bourdieu é muito influenciada pela não separação da teoria e da prática, sendo a observação empírica muito influente na construção dessa escola do pensamento sociológico. Sob esse argumento, o autor ressalta que essa vertente está muito associada ao período que o sociólogo francês desenvolveu sua teoria de classe voltada para o conceito de espaço social, em que as classes estariam definidas a partir da localização das pessoas num espaço de três dimensões. Segundo o autor, o desenvolvimento desse conceito se deu com base em grandes esforços empíricos a partir de análises de dados quantitativos. Ele ainda destaca que o espaço social era formado por três eixos de investigação e analisado a partir de uma técnica estatística denominada Análise de Correspondência Múltipla.

O conceito de espaço social é um importante instrumento analítico para o estudo das classes, principalmente no que tange às gradações sociais que existem em diferentes grupos ocupacionais. Isso significa que é mais intuitivo a classificação de indivíduos numa determinada classe, pois aquelas ocupações mais bem remuneradas, que exigem maior escolaridade ou com mais prestígios na sociedade podem constituir uma classe. Assim, os médicos, engenheiros e advogados podem partilhar de uma mesma posição de classe, assim como as domésticas, as cozinheiras e os pedreiros, por exemplo. Essa diferenciação de classe é apresentada por Bourdieu (2008) como diferenças primárias, de volume de capital, que resultam quase sempre em diferenças secundárias, composição de capital e que, por sua vez, determina em determinados contextos a trajetória das pessoas.

Por fim, a proposta do OM foi construída para ser analisada como uma aproximação da estrutura social baseada em uma divisão de classes, ainda que se leve em consideração principalmente os aspectos objetivos do debate de classes sociais inspirados na teoria de Pierre Bourdieu (RIBEIRO, RIBEIRO e COSTA, 2013). Com base principalmente na ocupação dos indivíduos se desenvolveu um esquema de classes sociais em três níveis: classe dominante, classe média e classe popular.

## *2.2 Deslocamento Espacial da População*

Os movimentos pendulares, aqueles caracterizados por pessoas que residem num município e trabalham em outro (OJIMA; MONTEIRO; NASCIMENTO, 2015), são fundamentais para entender a dinâmica social e urbana da RMRJ. Segundo Brito e Souza (2005), o processo de urbanização no Brasil ocorreu de modo muito acelerado entre os anos 1960 e 1970. Os autores destacam que na década de 60 a população urbana superou a população rural no Brasil, com grande influência dos movimentos migratórios de pessoas saindo do campo para as cidades. Essa concentração de pessoas nas áreas urbanas vivia majoritariamente em grandes aglomerados urbanos. Ainda de acordo com os autores, a consequência desse processo foi a grande concentração populacional vivendo em áreas metropolitanas no país, em que no final do século XX cerca de um terço da população brasileira vivia nessas áreas.

De acordo com Gaudemar (1977), os deslocamentos para o trabalho não podem ser vistos como uma mera decisão dos trabalhadores sobre onde vender sua força de trabalho. O autor destaca que o capitalismo oferece uma dupla liberdade aos trabalhadores: a primeira é que o trabalhador deve ser uma pessoa livre, que dispõe da sua força de trabalho como mercadoria. E a segunda é que ele deve ser livre de tudo, ter somente sua força de trabalho para vender e garantir, assim, a sua existência. Ou seja, os deslocamentos não devem ser lidos como um processo natural ou somente da decisão das pessoas. Nesse sentido, os deslocamentos em direção a um município ou conjunto de municípios diferentes não são decisões particulares, mas fruto das melhores condições para a reprodução do capital.

Os estudos tradicionais sobre a mobilidade para o trabalho investigam o aspecto mensurável de entradas e saídas da força de trabalho de um município para o outro, as cidades ganhadoras e perdedoras de mão-de-obra, ou os polos de atração e repulsão da força de trabalho. Todos esses aspectos são essenciais para compreender a mobilidade dos trabalhadores pelo espaço, mas é importante ir além dos saldos quantitativos e refletir sobre quem são os trabalhadores mobilizados por essa dinâmica.

Isto é, saber discutir o perfil mostra quais atividades estão sendo mais requisitadas no processo produtivo. A partir dos movimentos pendulares, conseguimos, por exemplo, acompanhar as transformações de uma cidade industrial para uma cidade dos prestadores de serviços, em que se observa reduções da força de trabalho do setor secundário, de atividades industriais, para setores mais ligados aos serviços. Destaca-se que nem todas as ocupações são importantes nesse processo, algumas atividades vão ser mais demandadas do que outras, resultando num processo não dicotômico de mobilização e imobilização da força de trabalho (GAUDEMAR, 1977).

Destaca-se que os movimentos pendulares estão presentes na gênese da RMRJ. A ocupação das áreas mais distantes dos centros econômicos pelos trabalhadores mais pobres evidencia o papel desse movimento para a constituição da região. Sendo assim, os deslocamentos majoritários em direção ao município do Rio de Janeiro reforçam o caráter historicamente concentrador do núcleo metropolitano, onde se concentram a maior parte das oportunidades de empregos, escolas, universidades, atividades de lazer, serviços de saúde, órgãos de administração estaduais e federais, sede grandes empresa, etc. Por outro lado, os deslocamentos em direção à periferia apontam para novas funções que esses espaços podem assumir, como, por exemplo, locais de estudo ou trabalho de estratos sociais médios ou dominantes.

Segundo Aranha (2005), nos Estados Unidos a definição de áreas metropolitanas leva em consideração os fluxos de movimentos pendulares. Branco, Firkowski e Moura (2005) argumentam que a intensidade dos movimentos pendulares destaca a dinâmica urbana dos territórios, sendo importante para pensar uma grande área urbana ou até mesmo metropolitana. Segundo as autoras, os institutos de pesquisa e estatística fazem uso desses dados com essa intencionalidade.

De acordo com Branco, Firkowski e Moura (2005), é importante analisar esses deslocamentos associados a outros indicadores como renda, ocupação, escolaridade, entre outros. Elas argumentam que dessa forma é possível evidenciar padrões de distribuição da população, segregação espacial, novas centralidades, entre outros. Nesse artigo a base de interpretação desses movimentos se dá por meio dos diferentes estratos sociais organizados pela tipologia de classes do OM, em que se debate os deslocamentos das classes: popular, média e dominante.

Neste artigo, a ênfase está nos deslocamentos intrametropolitanos, uma vez que a chamada periferia metropolitana passou por transformações que a colocou como um importante destino de trabalho entre os anos 1980 e 2010. A esse processo Lago (2008) argumenta que a periferia metropolitana do Rio de Janeiro virou “centro”. A periferia como centro é uma aparente contradição para a autora, ela destaca que a noção de periferia consolidada na sociologia urbana entende este espaço como território carente de serviços básicos, distância do mercado de trabalho, falta de titularidade da propriedade, etc.

A aparente contradição entre as noções de centro e periferia dá lugar à possibilidade de se analisar os fluxos para o trabalho não apenas em uma direção (núcleo metropolitano), mas aponta para a importância de entender quem realizava esses deslocamentos na RMRJ e, com isso, fornece as bases para a compreensão das transformações espaciais da região como um todo no período estudado. Analisar os deslocamentos das pessoas que residem em um município e trabalham em outro se configura, portanto, uma importante chave



analítica para compreender os desafios da mobilidade urbana em áreas metropolitanas.

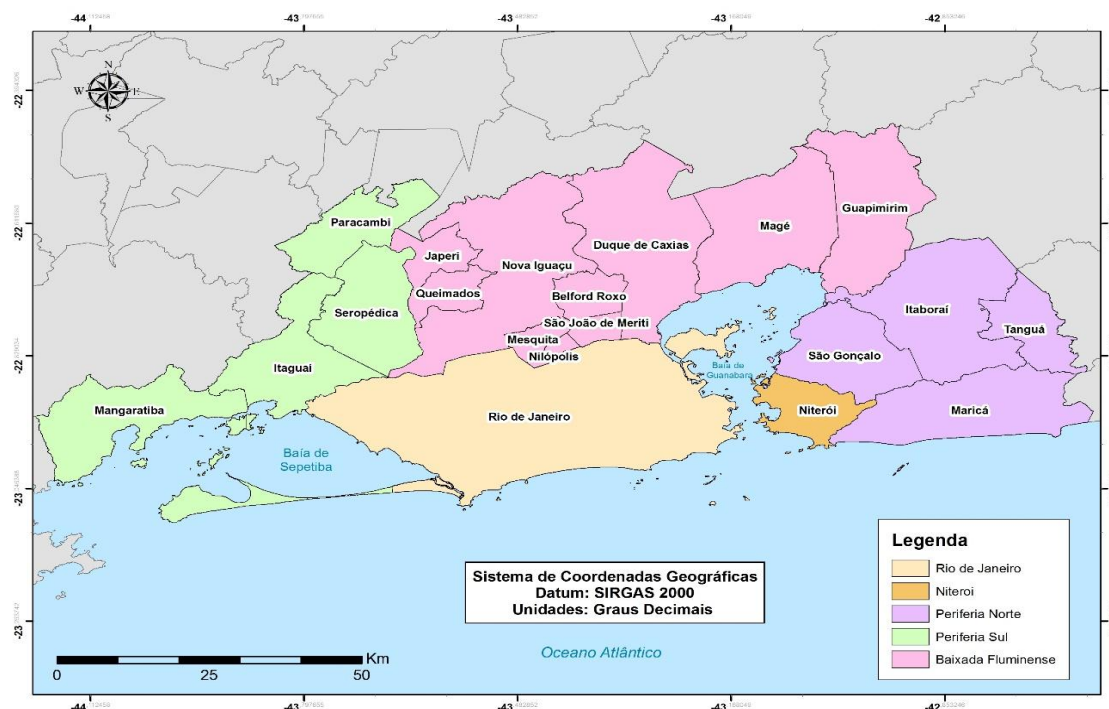
### 3. O Modelo de Estratificação do OM

Ao se falar em estratificação social, estamos inevitavelmente discutindo procedimentos que resultam em hierarquias sociais, em que escalas e mensurações são utilizadas para determinar a posição dos indivíduos em diferentes grupos sociais ou estratos. Essa ferramenta analítica possibilita que afirmações sejam feitas no sentido de descrever como progrediu ou recuou ou se manteve igual a estrutura social ao longo do tempo, se configurando como uma aproximação da estrutura social.

É exatamente por isso que a proposta de estratificação social do OM é utilizada, dado que ela é colocada de modo a captar as transformações sociais das metrópoles brasileiras. Tal proposta leva em consideração vários aspectos, como: a oposição capital e trabalho, trabalhos manuais e intelectuais, posições de supervisão e execução, ocupações modernas e tradicionais, pequenos e grandes empregadores, renda e escolaridade (RIBEIRO; LAGO, 2000; RIBEIRO, 2016). O modelo é construído a partir de um conjunto de variáveis que levam em consideração a ocupação dos indivíduos, o setor de atividade econômica, a escolaridade e os níveis de renda em algumas categorias (RIBEIRO, 2016).

Esse modelo foi construído para ser analisado como uma aproximação da estrutura social baseada em uma divisão de classes em três tipos: classe popular, classe média e classe dominante. Essas classes são construídas a partir do agrupamento de oito frações de classe: dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores, ocupações médias, trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não-especializado e trabalhadores agrícolas. Que, por sua vez, são agrupadas a partir de 24 categorias ocupacionais com base na classificação brasileira de ocupações – Domiciliar (CBO-Domiciliar).

Para chegar nessas categorias, o primeiro passo foi buscar os microdados dos censos demográficos de 2000 e 2010. Feito isso, selecionou-se as pessoas que tinham o Rio de Janeiro como unidade da federação e, em seguida, foi filtrado para as pessoas que viviam em municípios que compunham a RMRJ. Aqui é preciso destacar que houve mudanças na composição da RMRJ entre os dois censos, já que entre as duas pesquisas Mangaratiba deixou de fazer parte oficialmente da RM e ocorreu uma fragmentação do município de Nova Iguaçu que resultou na criação do município de Mesquita. Por este motivo, para o Censo Demográfico de 2010, além do que era a RMRJ oficial naquele ano, foi adicionado o município de Mangaratiba na análise dos dados. Isso compatibilizou, em termos de áreas, a mesma extensão para os dois anos em estudo e subdividindo a RMRJ em quatro áreas: Periferia Norte, Periferia Sul, Baixada Fluminense e Rio de Janeiro e Niterói. A área em estudo pode ser visualizada na Figura 1.



**Figura 1:** Mapa das subdivisões da RMRJ (fonte: IBGE)

Em seguida, as categorias sócio-ocupacionais do OM foram agrupadas a partir da Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliares (CBO – Domiciliar) utilizadas no Censo de 2000 a partir da variável V4452 e V6462 no Censo de 2010. Após as categorias sócio-ocupacionais serem construídas, elas foram agrupadas conforme o Quadro 1 para se chegar às frações de classes utilizadas para analisar a estrutura social da RMRJ. Desse modo, analisamos os movimentos pendulares com base nessa proposta de estratificação no nível de classe. Tal decisão foi necessária, uma vez que em níveis mais desagregados, como frações de classes e categorias sócio-ocupacionais os dados apresentaram um elevado coeficiente de variação.

Classes	Frações de Classe	Categorias sócio-ocupacionais
Dominante	Dirigentes	Grandes empregadores
		Dirigentes do setor público
		Dirigentes do setor privado
	Profissionais de Nível superior	Autônômos de nível superior
		Empregados de nível superior
		Estatutários de nível superior
		Professores de nível superior
Média	Pequenos empregadores	Pequenos empregadores
	Ocupações Médias	Artistas e similares
		Ocupações de escritório
		Ocupações de supervisão

		Ocupações Técnicas
		Médias da educação e saúde
		Segurança Pública, Justiça e Correios
Popular	Trabalhadores do Terciário Especializado	Trabalhadores do comércio
		Prestadores de serviços especializados
	Trabalhadores do Secundário	Industria moderna
		Industria Tradicional
		Operários de serviços auxiliares
		Operários da construção civil
	Trabalhadores do Terciário não-especializado	Prestadores de Serviços não-especializados
		Trabalhadores domésticos
		Ambulantes e biscateiros
	Trabalhadores agrícolas	Agricultores

**Quadro 1:** Estrutura sócio-ocupacional (fonte: Ribeiro, Ribeiro e Costa (2013, p.31)).

#### 4. Resultados e Discussões

No que se refere a estrutura sócio-ocupacional, a RMRJ apresenta alguns resultados curiosos como pode ser visto no Quadro 2. O primeiro deles é a queda, em números absolutos e relativos, das pessoas classificadas como dirigentes pelo critério do OM. Em 2000, essa fração de classe representava 1,7% das pessoas ocupadas e em 2010, esse contingente foi de 1,5%. Essa observação também pode ser feita para os pequenos empregadores que eram 81.184 pessoas em 2000 e 59.216 indivíduos em 2010.



# ENAN PUR 2023

Belém 22 a 26 de maio



Frações	Categorias	2000			2010		
		Total	% C	% F	Total	%C	%F
Dirigentes	Setor Público	11.619	0,3		11.889	0,2	
	Setor Privado	13.093	0,3	1,7	18.577	0,4	1,5
	Grandes Empregadores	45.657	1,1		40.381	0,8	
Nível Superior	Autônomos	100.451	2,4		147.421	3,0	
	Empregados	169.409	4,1	9,5	318.839	6,6	13,8
	Estatutários	39.335	1,0		63.261	1,3	
	Professores	84.204	2,0		143.405	2,9	
Ocupações Médias	Educação e Saúde	173.888	4,2		198.759	4,1	
	Segurança, Justiça e Correios	126.337	3,1		79.786	1,6	
	Artísticas	21.097	0,5	27,1	17.706	0,4	25,8
	Supervisão	172.030	4,2		220.868	4,5	
	Escritório	395.048	9,5		496.871	10,2	
	Técnico	234.224	5,7		243.979	5,0	
Trabalhadores do Terciário	Trabalhadores do Comércio	396.402	9,6	20,5	547.317	11,2	21,3
	Prestadores de Serviços Especializados	450.117	10,9		490.669	10,1	
Trabalhadores do Secundário	Trabalhadores da Indústria Moderna	163.752	4,0		180.172	3,7	
	Trabalhadores da Indústria Tradicional	163.472	4,0	20,3	155.613	3,2	20,6
	Auxiliares	212.471	5,1		269.633	5,5	
	Trabalhadores da Construção Civil	300.587	7,3		395.345	8,1	
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	Prestadores de Serviços não Especializados	243.862	5,9		240.900	4,9	
	Trabalhadores Domésticos	364.825	8,8	18,4	454.897	9,3	15,2
	Trabalhadores Ambulantes	151.776	3,7		44.785	0,9	
Setor Agrícola	Trabalhadores Agrícolas	23.012	0,6	0,6	26.562	0,5	0,5
Pequenos empregadores	Pequenos Empregadores	81.184	2,0	2,0	59.216	1,2	1,2
Total		4.137.852	100	100	4.866.851	100	100

Quadro 2: Estrutura sócio-ocupacional da RMRJ entre 2000 e 2010 (fonte: microdados dos censo demográficos de 2000 e 2010 – IBGE)



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



Já os trabalhadores aumentaram de modo relativo e absoluto seu peso na estrutura social da RMRJ nessa década. A variação desta categoria ocupacional foi de 31,5% em dez anos. Aqui cabe lembrar que nesse período uma série de investimentos foram realizados na RMRJ, impulsionando a contratação de trabalhadores nesse segmento, tais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007; o início das obras do Arco Metropolitano em 2008; o início das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) em 2008; o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em 2009, entre outros.

Nos trabalhadores do terciário, também ocorreu crescimento significativo entre aqueles que estavam ocupados no comércio. A variação na década que foi de 38% é também muito expressiva, ainda que não resulte em alterações significativas no peso da fração de classe ao qual ela está associada. No entanto, não é incomum se referir a esse período como aquele em que o desenvolvimento econômico estava atrelado ao consumo das famílias, ampliado pelos ganhos de renda, obtidos seja por políticas de transferências de renda ou por ganhos salariais reais, acima da inflação (POCHMANN, 2012).

O Quadro 2 apresenta mais resultados de grande relevância social. Note que na fração de classe dos trabalhadores do terciário não especializados há uma queda em termos absolutos e relativos de muito impacto na categoria dos trabalhadores ambulantes. O número de pessoas ocupadas como ambulantes foi de 151.776 em 2000 para 44.785 em 2010. Essa redução de trabalhadores nessas ocupações representa um ganho social sem tamanho, pois se trata de um trabalho que não exige qualificação e que é de pouco prestígio e reconhecimento social.

Ainda de acordo com o Quadro 2 foi visto que o resultado mais expressivo, na fração de classe, é o de pessoal em empregos de nível superior, o salto foi de 71% em dez anos. Nessa categoria estão todas aquelas pessoas em ocupações que exigem ensino superior e atuam como profissionais liberais e autônomos; professores; servidores públicos e empregados em geral. Em cada uma dessas categorias se destacam os professores e os empregados de modo geral. Entre os primeiros a variação na década foi de 70% e no segundo de 88%.

Analisar a estrutura social de modo agregado para a RMRJ apontou mudanças importantes na participação de cada fração de classe na estrutura social, com mudanças expressivas como a dos profissionais de nível superior ou com pouca ou nenhuma variação em outras frações de classe. Isso nos instiga a prosseguir a avaliação da estrutura social em níveis menores do que da RMRJ, o que permite debater como ocorreram tais mudanças das classes sociais em nível de algumas áreas como Rio de Janeiro, Niterói e Periferia. A Tabela 1 apresenta a estrutura de classe sociais para diferentes áreas da RMRJ. Percebe-

se que a classe popular é a mais volumosa em todas as áreas, mas com maior variação positiva entre 2000 e 2010 na classe dominante.

Unidade Territorial	Classe	2000	%	2010	%
RMRJ	Total	4.137.852	100,0	4.866.851	100,0
	Popular	2.470.276	59,7	2.805.893	57,7
	Média	1.203.808	29,1	1.317.185	27,1
	Dirigente	463.768	11,2	743.773	15,3
Rio de Janeiro	Total	2.228.784	100,0	2.676.931	100,0
	Popular	1.221.054	54,8	1.363.301	50,9
	Média	663.847	29,8	793.095	29,6
	Dirigente	343.883	15,4	520.535	19,4
Niterói	Total	193.162	100,0	211.949	100,0
	Popular	82.275	42,6	80.714	38,1
	Média	66.494	34,4	65.124	30,7
	Dirigente	44.393	23,0	66.111	31,2
Periferia	Total	1.612.956	100,0	2.071.702	100,0
	Popular	1.164.008	72,2	1.455.975	70,3
	Média	373.468	23,2	458.963	22,2
	Dirigente	75.480	4,7	156.764	7,6

Tabela 1: Classe sociais por diferentes unidades territoriais da RMRJ em 2000 e 2010 (fonte: microdados do censo demográfico de 2000 e 2010 – IBGE)

Todos esses resultados apontam para mudanças sutis na hierarquia social e ocupacional dos municípios da RMRJ entre 2000 e 2010. Embora no topo do modelo de estratificação social não tenham sido observadas mudanças na composição dessas cidades, há, evidentemente, algum tipo de movimento na base da pirâmide social da área em estudo. Isso já configura um elemento importante para explicar a dinâmica dos deslocamentos para o trabalho e como essas alterações brandas são pistas para explicar, por exemplo, a dispersão dos movimentos pendulares intrametropolitanos.

Por outro lado, não devemos ignorar o expressivo crescimento de pessoas ocupadas na classe dominante, que agrupa os trabalhadores de maior renda, escolaridade e prestígio. Ainda que esse crescimento não tenha sido capaz de alterar as hierarquias, ele representa de algum modo ganhos sociais. Isso também é bastante significativo dado que podemos afirmar que as variações na década em estudo se deram em estratos sociais mais elevados, indicando assim um movimento em direção a uma nova configuração social até mesmo das áreas periféricas da RMRJ.

Dessa forma, é preciso entender como as mudanças e permanências verificadas na estrutura social da RMRJ se refletem no espaço metropolitano. Além disso, é importante entender como esse resultado pode, por exemplo, explicar não apenas a intensificação dos movimentos pendulares na área em estudo. Do ponto de vista do debate sobre a estrutura de classe, os dados discutidos até aqui contribuem também para entender as permanências e as pequenas mudanças nas posições dos estratos sociais.

#### 4. 1. Movimentos pendulares

O aumento de pessoas da classe dominante em toda a RMRJ já evidencia uma transformação positiva nas condições de vida da população metropolitana, uma vez que são profissionais de maiores remunerações e formação de nível superior. Destaca-se que na periferia metropolitana esse crescimento mais que dobrou na década. Isso já indica um novo papel, do ponto de vista sócio-ocupacional, se formando na periferia.

Sendo assim, é necessário discutir se a intensificação dos deslocamentos pendulares ocorreu de forma homogênea em todas as classes sociais e em todas as áreas da RMRJ. De antemão, é possível dizer que as pessoas que residiam no mesmo município que trabalhavam variou 25% positivamente. O crescimento, em termos de variação, foi mais intenso nos municípios da periferia, em que nesse período variou 56%. Na capital do estado, esse contingente aumentou 23%. Em Niterói a variação foi menor, tendo variado positivamente cerca de 15%.

Nota-se que na periferia o crescimento foi bastante expressivo. E a maior parte desse crescimento pode ser explicada pelos trabalhadores da Baixada Fluminense que, nesse período, variou 70%. Enquanto nas periferias norte e sul observou-se uma variação de 34% e 45%, respectivamente. Segundo Jannuzzi e Montagner (2020), as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família e da seguridade social, impactaram de modo expressivo o comércio local, resultando numa geração de empregos em pequenos municípios e na periferia. Para os autores essas políticas viabilizaram a abertura de pequenos comércios que “absorviam” a força de trabalho local. Complementando esses dados, analisamos a proporção de trabalhadores que realizavam movimento pendular na RMRJ. Essa informação está presente na Tabela 2 e mostra que mesmo com o aumento de pessoas que residiam no mesmo município de trabalho e dos que realizaram movimento pendular, a periferia foi a única área que apresentou, queda em termos relativos, das pessoas que realizavam esse tipo de deslocamento.

Unidade Territorial	2000			2010		
	Mesmo Município	Pendular	Razão(*)	Mesmo Município	Pendular	Razão(*)
ERJ	4.697.340	857.077	18,2	5.878.861	1.219.499	20,7
RMRJ	3.436.301	736.996	21,4	4.262.644	999.129	23,4
Rio de Janeiro	2.312.401	34.923	1,5	2.837.383	71.960	2,5
Niterói	141.774	53.898	38,0	162.688	69.017	42,4
Periferia	809.346	556.207	68,7	1.262.573	858.152	68,0
Baixada Fluminense	470.464	371.066	78,9	800.520	600.810	75,1
Periferia Norte	280.304	168.754	60,2	377.030	230.242	61,1
Periferia Sul	58.396	16.387	28,1	85.023	27.100	31,9

(\*) Razão = Pendular/Mesmo Município

Tabela 2: Razão das pessoas que realizavam deslocamento pendular sobre as que residiam no mesmo município que trabalhavam em 2000 e 2010 (fonte: microdados do censo demográfico de 2000 e 2010 – IBGE)

Vale destacar que em 2000 e 2010 os empregos do estado do Rio de Janeiro continuavam concentrados na RMRJ. Nota-se que a razão em 2010 aumentou em comparação com os anos 2000 em todas as áreas ou unidades territoriais, exceto na periferia que apresentou uma ligeira queda de 68,7% para 68%. Essa queda pode ser explicada a partir da dinâmica apresentada pela Baixada Fluminense, enquanto local de trabalho, de diminuição relativa desse percentual, passando de 78,9% em 2000 para 75,1% em 2010. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que as outras áreas da periferia apresentaram pequenos aumentos nesse indicador. Vale também observar o expressivo crescimento das pessoas que realizaram movimento pendular e moravam na capital do estado. Em uma década, esse contingente mais do que dobrou. Indicando, desta forma, um aumento dos deslocamentos partindo do centro da RMRJ.

A periferia tem se destacado enquanto lugar de trabalho das classes popular, média e dirigente, enquanto os deslocamentos em direção ao núcleo estavam aos poucos reduzindo sua capacidade de atrair pessoas diariamente. Dentre essas novas funções do núcleo metropolitano está a concentração em atividades ligadas à gestão e aos serviços, enquanto as atividades industriais são deslocadas para outros pontos, tanto RMRJ quanto no interior do estado. Assim, a redução, ainda que sutil, desses deslocamentos com sentido ao núcleo não significa uma perda de força da metrópole, mas sim o fato de que poderia estar ocorrendo uma mudança em seu papel enquanto núcleo metropolitano, da mesma forma como poderiam estar ocorrendo mudanças na periferia como lugar também de trabalho.

Dessa forma, foi realizada uma leitura desse processo tendo a estratificação social baseada em classes sociais como horizonte investigativo. Os dados mostram aquilo que já era esperado, em todas as áreas da RMRJ a classe mais volumosa é a popular, seguida da média e por último a dominante. No entanto, o estrato da classe dominante foi o único que cresceu entre 2000 e 2010 entre os trabalhadores que realizavam e não realizavam deslocamento pendular, como pode ser visto na Tabela 3.



Unidade Territorial	Classe	2000			2010				
		Mesmo Município	% Pendular		Mesmo Município	% Pendular	%		
ERJ	Total	4.641.930	100,0	846.974	100,0	5.386.001	100,0	1.117.445	100,0
	Popular	2.909.858	62,7	525.849	62,1	3.275.567	60,8	634.514	56,8
	Média	1.243.215	26,8	254.514	30,0	1.344.822	25,0	332.553	29,8
	Dominante	488.857	10,5	66.611	7,9	765.612	14,2	150.378	13,5
RMRJ	Total	3.395.902	100,0	728.059	100,0	3.891.050	100,0	917.723	100,0
	Popular	2.000.740	58,9	456.821	62,7	2.239.334	57,6	526.539	57,4
	Média	986.308	29,0	217.104	29,8	1.036.400	26,6	273.103	29,8
	Dominante	408.854	12,0	54.134	7,4	615.316	15,8	118.081	12,9
Rio de Janeiro	Total	2.284.069	100,0	34.140	100,0	2.587.692	100,0	65.157	100,0
	Popular	1.202.553	52,6	8.803	25,8	1.330.084	51,4	18.340	28,1
	Média	748.123	32,8	15.477	45,3	766.052	29,6	23.457	36,0
	Dominante	333.393	14,6	9.860	28,9	491.556	19,0	23.361	35,9
Niterói	Total	139.978	100,0	53.040	100,0	147.746	100,0	61.159	100,0
	Popular	71.430	51,0	10.790	20,3	71.862	48,6	8.323	13,6
	Média	42.132	30,1	24.342	45,9	40.593	27,5	23.734	38,8
	Dominante	26.416	18,9	17.908	33,8	35.291	23,9	29.102	47,6
Periferia	Total	971.854	100,0	640.880	100,0	1.155.612	100,0	791.407	100,0
	Popular	726.756	74,8	437.230	68,2	837.388	72,5	499.877	63,2
	Média	196.054	20,2	177.284	27,7	229.755	19,9	225.912	28,5
	Dominante	49.044	5,0	26.366	4,1	88.469	7,7	65.618	8,3

Tabela 3: Estrutura de classe das unidades territoriais do Rio de Janeiro para os trabalhadores que residiam no mesmo município de trabalho e que realizavam movimento pendular entre 2000 e 2010 (fonte: microdados do censo demográfico de 2000 e 2010 – IBGE).

A Tabela 3 evidencia que apenas a classe dominante aumentou percentualmente entre 2000 e 2010 em todo o estado, inclusive na periferia. Ainda é possível ver que também nessa classe foi verificado aumento nos percentuais de pessoas que realizaram movimento pendular. Isto posto, observe que em 2000 a razão entre as pessoas que realizavam e não realizavam deslocamento pendular na periferia era de 54% e em 2010 essa mesma razão era de 75% aproximadamente. Destaca-se que a classe dominante é formada por pessoas em ocupações de gestão do setor público e privado, grandes empregadores e profissionais com ensino superior.

Em termos absolutos, os deslocamentos pendulares cresceram de forma expressiva entre 2000 e 2010, tendo variado pouco mais de 35% nessa década, chegando a quase um milhão de pessoas em 2010. Esse processo não se deu de modo uniforme em todas a RMRJ. No município do Rio de Janeiro, o número de pessoas que realizaram deslocamentos pendulares mais do que dobrou nesse período. Ainda que no quadro geral os dados do Rio de Janeiro não sejam tão expressivos, representando pouco mais de 7% do total desses deslocamentos, trata-se de uma informação que mostra uma importante dinâmica do trabalho na RMRJ, uma vez que são deslocamentos que vão em direção à Niterói e à periferia.

Os deslocamentos pendulares no estado do Rio de Janeiro têm um caráter metropolitano, uma vez que mais de 85% desse movimento ocorreram

na RMRJ em 2000; em 2010, houve uma pequena queda nesse percentual, mas na RMRJ ainda ocorriam mais de 80% desses deslocamentos. Vale lembrar que a RMRJ ainda é onde estão concentrados a maior parte dos empregos no estado do Rio de Janeiro, mais de 70% dos trabalhadores do estado moravam na RMRJ em 2000 e 2010.

Observe que a intensificação dos deslocamentos pendulares ocorreu principalmente na classe dominante, com destaque para a periferia, que foi a área que apresentou o maior crescimento nessa década. Além disso, é interessante observar que nas classes sociais popular e média, Niterói apresentou redução em números absolutos, até mesmo entre aqueles que moravam e trabalhavam em Niterói, exceto para a classe dominante.

A Tabela 3 ainda mostra que a intensificação dos movimentos pendulares entre as pessoas que residiam na capital do estado se deu, majoritariamente, nas classes populares e dirigentes. Esse resultado é bastante diferente do observado nas demais áreas, uma vez que a classe média e a classe dominante foram as que apresentaram a maior variação nessa década, exceto em Niterói.

As mudanças nos perfis de classes que se deslocam na RMRJ evidenciam as transformações na estrutura social. Percebe-se que as classes dirigentes, formadas por grandes empregadores, dirigentes do setor público e privado e profissionais de nível superior foram as que mais apresentaram intensificação dos movimentos pendulares. Nesse sentido, seus fluxos apontam para as áreas em que esse tipo de trabalhador estava sendo mais demandado, não de forma aleatória, mas de modo a garantir a dinâmica de reprodução do capitalismo em escala metropolitana.

A classe média também apresentou intensificação em seus fluxos de deslocamentos pendulares na RMRJ. Esse estrato formado por profissionais de nível técnico, trabalhadores de escritório, trabalhadores da saúde, educação, segurança, entre outros, mostra uma classe de trabalhadores de média remuneração e num espaço social muito presente na periferia e em áreas mais pobres da metrópole. São as atividades ligadas ao comércio e serviço que são bastante demandadas pelo núcleo das regiões metropolitanas na nova fase do processo de metropolização do espaço urbano.

A classe popular, aquela formada por pessoas do mais baixo estrato social, de ocupações como ambulantes, empregadas domésticas, trabalhadores agrícolas e prestadores de serviços não especializados, entre outras, mantiveram ou até mesmo reduziram, em termos percentuais, a pendularidade. Dessa forma, há um duplo processo: uma de aumento do número de pessoas ocupadas na classe dominante em toda RMRJ e, com maiores aumentos nos deslocamentos pendulares e uma pequena redução da classe popular em termos percentuais, mas com aumento de pessoas trabalhando e morando no mesmo domicílio. Assim, se evidencia que as classes dirigentes têm mais possibilidades de buscar trabalhos em toda RMRJ, ou seja, pode se deslocar para mais municípios. E que a classe popular tem sido “absorvida” pela dinâmica econômica local, fruto, principalmente, dos impactos das políticas sociais (JANNUZZI; MONTAGNER, 2020).

## **5. Considerações Finais**

O objetivo deste artigo foi investigar as diferenças de classes nos movimentos pendulares na RMRJ. Para isso, debatemos o conceito de estrutura

social como uma discussão de classe. Nisso, vimos que diferentes tradições do pensamento sociológico apresentam opiniões distintas sobre essa temática. Na tradição marxista, a classe social é a chave analítica para compreender a estrutura social da sociedade e seu entendimento se dá por meio da luta de classes. Para os weberianos, a estrutura social é tridimensional, sendo composta por classe, grupos de status e partidos. E para os que têm o sociólogo francês Pierre Bourdieu como referência, essa análise ocorre por meio do espaço social, que envolve dois aspectos: o econômico e o simbólico.

Para analisar a estrutura social, optamos por realizar uma aproximação a partir da estratificação social por meio de uma segmentação sócio-ocupacional apresentada em diversos estudos do OM e que tem como inspiração o espacial social proposto por Pierre Bourdieu. Disso decorreram as três classes apresentadas nesta tese: a classe popular, a classe média e a classe dominante. Embora não tenha sido verificada nenhuma mudança nas hierarquias de classe por meio dessa estratificação, mostramos que a classe dominante cresceu em todos os municípios da RMRJ. Esse crescimento é explicado principalmente pelo grande volume de pessoas empregadas com nível superior.

A partir dessa estratificação sócio-ocupacional pudemos analisar o perfil das pessoas que realizavam movimentos pendulares nas três classes em estudo. Como resultados, mostramos que em toda RMRJ a classe popular manteve e até mesmo reduziu em algumas subdivisões da RMRJ o volume de movimentos pendulares. No entanto, na classe dominante foi verificado um aumento expressivo de pessoas ocupadas e aumento de pessoas que realizam este tipo de deslocamento.

Dessa forma, podemos dizer que há um duplo processo, um aumento de pessoas da classe popular residindo e trabalhando no mesmo município ao mesmo tempo em que a classe dominante intensifica os movimentos pendulares. Esse resultado indica que a classe dominante tem mais possibilidades de buscar trabalhos por toda RMRJ. Por fim, outros dados ficam em aberto, como os fluxos desses movimentos pela RMRJ, quais os principais destinos e o ponto de partida dessas pessoas.

## **6. Referências Bibliográficas**

ARANHA, Valmir. Mobilidade pendular na Metrópole Paulista. São Paulo Perspectiva, v. 19, n. 4, 2005. P. 96 – 109.

BRANCO, Maria Luiza Castello; FIRKOWSKI, Olga Lúcia; MOURA, Rosa. Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador. In: XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005, Salvador. Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005. p. 1-19.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. Revistas Novos Estudos, v. 32, n. 2, 2013. p. 105-115

BREEN, Richard. Fundamentos de uma análise de classe neweberiana. *In*: WRIGHT, Erik (Org.). *Análise de classes: abordagens*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. p. 16-65.

BRITO, Fausto; Souza, Joseane de. Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, v.19, n. 4, 2005.

GAUDEMAR, Jean Paul; *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

IASI, Mauro. Do grupo à classe. *In*: IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. P. 313 - 354

IBGE. *Documentação do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro. 2000

IBGE. *Microdados do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro. 2000

IBGE. *Documentação do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro. 2010

IBGE. *Microdados do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro. 2010

LAGO, Luciana. O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a “periferia” que virou “centro”. *IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 16, Anais, 2008

LAGO, Luciana; MAMMARELA, Roseta. Da hierarquia de classes à organização social do espaço intraurbano: um olhar comparativo sobre as grandes metrôpoles brasileiras. *Cadernos Metrópole (PUCSP)*, v. 12, p. 65-84, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *As condições das transformações históricas*. *In*: IANNI, Octávio. (Org.). *Teorias de estratificação social: leituras sociológicas*. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p. 67-83.

OJIMA, Ricardo; MONTEIRO, Felipe Ferreira; NASCIMENTO, Tiago Carlos Lima. Urbanização dispersa e mobilidade no contexto metropolitano de Natal: a dinâmica da população e a ampliação do espaço de vida. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 7, p. 9-20, 2015.

POCHMANN, Márcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social*. São Paulo: Editora Boitempo, 2012

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; LAGO, Luciana. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Cadernos Metrópole (PUCSP), São Paulo, v. 4, n. julho-dez, 2000. p. 173-203

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes; COSTA, Lygia. Estrutura social no Brasil metropolitano. *In*: RIBEIRO, Marcelo Gomes; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; COSTA, Lygia (Org.). Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2013. p. 19-40.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Estrutura social e desigualdade de renda: uma comparação entre os municípios metropolitanos e os não-metropolitanos do Brasil entre 2000 e 2010. Revista Brasileira de Estudos de População - REBEP, v. 32, p. 237-256, 2016.

SALATA, André Ricardo. UMA NOVA ABORDAGEM EMPÍRICA PARA A HIERARQUIA DE STATUS NO BRASIL. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE), v. 31, p. 01, 2016.

SCALON, Celi. Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências. Rio de Janeiro: Editora REVAN, 1999

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classe. *In*: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir; BERTELLI, Antônio. (Org.). Estrutura de classe e estratificação social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971. p. 117-148.

WEBER, Max. Classe, status, partido. *In*: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir; BERTELLI, Antônio. (Org.). Estrutura de classe e estratificação social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971. p. 57-76.

WEININGER, Elliot. Fundamentos de uma análise de classe de Pierre Bourdieu. *In*: WRIGHT, Erik (Org.). Análise de classes: abordagens. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. p. 97-132.

WRIGHT, Erik. Análise de classes: abordagens, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.